

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

**Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanco patrimonial	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como sumário do trabalho que a Rodovias dos Lagos S.A. – (“CCR Via Lagos” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3 Destaques do Ano de 2019

A CCR Via Lagos (RJ-124) foi muito bem avaliada na Pesquisa CNT de Rodovias 2019, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo quinto ano consecutivo, a via foi a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status “ótimo” em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

A prestação de serviços públicos de qualidade pela Companhia é reconhecida por 80% dos usuários que consideram ótimo ou bom o trabalho da Companhia, conforme Pesquisa de Imagem e Satisfação realizada em 2019 pelo Instituto Data Folha.

2. Estratégia e Gestão

2.1 Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas da Companhia está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.

A quantidade de colaboradores próprios em 2019 foi em média 175. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Desempenho

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela AGETRANSP, e são reajustadas anualmente no mês de agosto, conforme contrato de concessão. Em 2019, a Tarifa Básica de Pedágio

(TBP) foi reajustada de R\$ 12,00 para R\$ 12,40 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 20,00 para R\$ 20,60.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 129,9 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, acréscimo de 5,12% sobre o obtido em 2018. Esta variação é explicada pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio.

Neste mesmo ano a Companhia teve um resultado líquido no valor de R\$ 35,5 milhões, superior em 16,89% quando comparado com o ano de 2018. O acréscimo no lucro líquido é explicado principalmente pelos menores custos e despesas operacionais.

No ano de 2019, foram realizados R\$ 8,5 milhões em investimentos, destacando-se o investimento no recapeamento e sinalização da rodovia, em 2019 foram realizados aproximadamente 25 mil m² de sinalização horizontal.

Foi realizado em 2019 o pagamento de dividendos no valor de R\$ 35.709 mil: R\$ 8.939 mil relativos ao resultado remanescente do ano de 2018, R\$ 24.753 mil referente ao lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2019, R\$ 1.068 mil referente a juros sobre capital próprio deliberados em 2018 e pagos em 2019 e R\$ 949 referente a juros sobre capital próprio de 2019.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida pela Controladora CCR S.A., como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoria o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade na Controladora CCR S.A., é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise de todos os projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por performar todo o investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos da Controladora CCR S.A.:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas da Controladora CCR S.A., acesse: <http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2019/index.html>.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, a Controladora CCR S.A. participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, a Controladora CCR S.A. divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade, cuja edição mais recente está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2019.

Em 2019, a ViaLagos trabalhou de maneira integrada à visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão:

O Programa Caminhos Para a Cidadania que contemplou 14 mil alunos, cerca de 800 professores de 266 escolas. Os projetos culturais itinerantes BuZum!, Teatro a Bordo, Cine em Cena e a peça teatral “A Viagem de uma Estrela”, exclusiva para as crianças participantes do Caminhos para Cidadania, atenderam 11.782 pessoas, entre alunos e professores da rede pública de ensino dos municípios atendidos pela Companhia com os projetos do Instituto CCR.

A Companhia ainda participou de campanhas institucionais tais como: Dia Mundial da Água, Campanha do Agasalho, Maio Amarelo, Dia Mundial do Meio Ambiente, Disque 100 – Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de crianças e adolescentes, Dia do Consumo Consciente, Junho Vermelho – Campanha de Doação de Sangue, Semana Nacional do Trânsito, Outubro Rosa, Novembro Azul e Natal Solidário, entre outras.

Visando a segurança dos usuários e dos colaboradores, a CCR ViaLagos participou da Campanha educativa “Evite as más ideias do Trânsito. Dirija sempre com Responsa”, promovida pela Comunicação Corporativa, além de realizar parcerias com o DER-RJ e Detran-RJ, com intuito de conscientizar e alertar os motoristas na rodovia com foco na prevenção de acidentes.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários,

financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2019.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Rio Bonito, 25 de março de 2020.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
Rio Bonito - RJ**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram celebrados por sua controladora final CCR S.A. e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Paraná (“Instrumentos”). As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão do assunto descritos na referida seção.

Principal assunto de auditoria

Com exceção do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

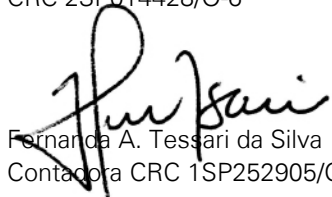
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Balanco Patrimonial

para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.829	2.876	Debêntures	13	230.498	6.452
Aplicações financeiras	6	31.510	18.186	Fornecedores	14	3.191	4.973
Contas a receber	7	5.243	4.778	Fornecedores - partes relacionadas	10	615	642
Contas a receber - partes relacionadas	10	375	544	Imposto de renda e contribuição social		5.338	1.640
Tributos a recuperar		465	216	Impostos e contribuições a recolher		1.369	1.721
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	234	234	Obrigações sociais e trabalhistas		3.943	3.169
Adiantamento a fornecedores		38	50	Obrigações com o poder concedente		65	63
Despesas antecipadas e outros		478	504	Provisão de manutenção	16	5.714	3.985
				Juros sobre capital próprio		-	1.068
				Outras contas a pagar		110	99
Total do ativo circulante		40.172	27.388	Total do passivo circulante		250.843	23.812
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	13	-	216.703
Contas a receber - partes relacionadas	10	728	542	Tributos diferidos	8b	2.421	2.761
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.508	7.742	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	15	2.156	2.330
Depósitos judiciais		445	455	Provisão de manutenção	16	3.961	6.176
				Obrigações sociais e trabalhistas		868	-
		8.681	8.739	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	473	427
				Total do passivo não circulante		9.879	228.397
Imobilizado	11	10.479	10.541	Patrimônio líquido			
Intangível	12	225.066	228.614	Capital social	17a	12.550	12.550
Intangível em construção	12	2.492	2.181	Reservas de lucros	17b e 17c	3.765	3.765
				Dividendo adicional proposto	17d	9.853	8.939
Total do ativo não circulante		246.718	250.075			26.168	25.254
Total do ativo		286.890	277.463	Total do passivo e patrimônio líquido		286.890	277.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	18	117.295	113.517
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(461)	(2.347)
Provisão de manutenção	16	(2.950)	(2.728)
Depreciação e amortização	11 e 12	(6.860)	(6.420)
Custo da outorga		(234)	(234)
Serviços		(6.849)	(7.408)
Custo com pessoal		(9.274)	(9.044)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.349)	(1.362)
Outros		(2.165)	(2.129)
		<u>(30.142)</u>	<u>(31.672)</u>
Lucro bruto		<u>87.153</u>	<u>81.845</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(4.757)	(6.052)
Serviços		(6.150)	(6.172)
Materiais, equipamentos e veículos		(268)	(308)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(588)	(614)
Água, luz, telefone, internet e gás		(658)	(744)
Provisão de perda esperada - contas a receber		-	1
Outros		(161)	(967)
		<u>(12.582)</u>	<u>(14.856)</u>
Outras resultados operacionais		<u>(159)</u>	<u>353</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>74.412</u>	<u>67.342</u>
Resultado financeiro	19	<u>(21.046)</u>	<u>(21.920)</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>53.366</u>	<u>45.422</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(17.811)</u>	<u>(15.004)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>35.555</u>	<u>30.418</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	35.555	30.418
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>35.555</u></u>	<u><u>30.418</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	12.550	2.510	1.254	8.679	3.400	-	28.393
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.418	30.418
Destinações:							
Reserva estatutária	-	-	1	-	-	(1)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de abril de 2018	-	-	-	(7.608)	-	-	(7.608)
Distribuição de dividendos adicional proposto em 23 de abril de 2018	-	-	-	-	(3.400)	-	(3.400)
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2018	-	-	-	-	-	(21.291)	(21.291)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.071)	-	(187)	(1.258)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	8.939	(8.939)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.550	2.510	1.255	-	8.939	-	25.254
Distribuição de dividendos adicional proposto em 24 de abril de 2019	-	-	-	-	(8.939)	-	(8.939)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.555	35.555
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	(24.753)	(24.753)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(949)	(949)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	9.853	(9.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.550	2.510	1.255	-	9.853	-	26.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35.555	30.418
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(340)	965
Apropriação de despesas antecipadas	234	234
Depreciação e amortização	6.860	6.420
Baixa de ativo imobilizado	334	1
Juros e variação monetária sobre debêntures	22.946	23.155
Capitalização dos custos de empréstimos	(517)	(678)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	478	870
Constituição da provisão de manutenção	2.950	2.728
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	426	1.099
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	2
Atualizações monetárias sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	226	(1.172)
	33.597	33.624
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(465)	(529)
Contas a receber - partes relacionadas	(17)	(951)
Tributos a recuperar	(249)	(29)
Despesas antecipadas e outras	36	(74)
Adiantamento a fornecedores	12	(50)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(1.782)	907
Fornecedores - partes relacionadas	19	612
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	17.661	14.069
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(14.315)	(13.285)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.642	(14)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(878)	(2.193)
Realização provisão de manutenção	(3.862)	(4.124)
Obrigações com o poder concedente	2	8
Outras contas a pagar	11	(31)
	66.967	58.358
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.868)	(2.945)
Adições ao ativo intangível	(510)	(2.347)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(13.324)	(355)
	(16.702)	(5.647)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	-	40.445
Pagamentos de principal	-	(65.000)
Pagamentos de juros	(15.603)	(15.598)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	(35.709)	(33.716)
	(51.312)	(73.869)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(1.047)	(21.158)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.876	24.034
No final do exercício	1.829	2.876
	(1.047)	(21.158)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Companhia”), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, município Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro

O prazo de concessão inicial de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997, foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir cerca de R\$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo metálico de separação de pistas; alargamento da plataforma da rodovia; novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres.

1.1. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. divulgou fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 06 de março de 2019, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RodoNorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$ 35.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (ii) arcar com R\$ 350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A Companhia e sua controladora CCR S.A continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receita de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) *Instrumentos financeiros*

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Mensuração e desreconhecimento**

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida – vide “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas:

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2).

• **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 25 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
12	Amortização dos ativos intangíveis
15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
16	Provisão de manutenção
20	Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e Bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures e aplicações financeiras. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 20.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	242.920	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	3.301	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	615	473	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	65	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 210.671, substancialmente relacionado à debêntures, detalhados na nota explicativa nº 13. As debêntures são substancialmente captadas para aplicação em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador, CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	<u>1.829</u>	<u>2.876</u>
Total - Caixa e equivalentes	<u>1.829</u>	<u>2.876</u>
Circulante	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>31.510</u>	<u>18.186</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>31.510</u>	<u>18.186</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano (98,47 % do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	5.269	4.835
Receitas acessórias (b)	<u>67</u>	<u>36</u>
	5.336	4.871
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(93)</u>	<u>(93)</u>
	<u>5.243</u>	<u>4.778</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos a vencer	5.243	4.778
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>93</u>	<u>93</u>
	<u>5.336</u>	<u>4.871</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	53.366	45.422
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.144)	(15.443)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	412	536
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(266)	(330)
Despesas indedutíveis	(168)	(219)
Juros sobre capital próprio	323	427
Outros ajustes tributários	32	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(17.811)</u>	<u>(15.004)</u>
Impostos correntes	(18.151)	(14.039)
Impostos diferidos	<u>340</u>	<u>(965)</u>
	<u>(17.811)</u>	<u>(15.004)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,38%</u>	<u>33,03%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>Saldo em 2019</u>				
	<u>2018</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	288	297	585	585	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	32	-	32	32	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	792	(59)	733	733	-
Provisão de manutenção	3.455	(165)	3.290	3.290	-
Diferenças temporárias - Lei n° 12.973/14 (a)	(7.376)	222	(7.154)	-	(7.154)
Outros	48	45	93	93	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(2.761)	340	(2.421)	4.733	(7.154)
Compensação de imposto	-	-	-	(4.733)	4.733
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(2.761)</u>	<u>340</u>	<u>(2.421)</u>	<u>-</u>	<u>(2.421)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	312	(24)	288	288	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	32	-	32	32	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.640	(848)	792	792	-
Provisão de manutenção	3.557	(102)	3.455	3.455	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(7.337)	(39)	(7.376)	6.352	(13.728)
Outros	-	48	48	48	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(1.796)	(965)	(2.761)	10.967	(13.728)
Compensação de imposto	-	-	-	(10.967)	10.967
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(1.796)	(965)	(2.761)	-	(2.761)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2019	2018
Circulante	234	234
Não circulante	7.508	7.742
	<u>7.742</u>	<u>7.976</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 234 (R\$ 234 no exercício de 2018).

Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2019		2019	
	Despesas/Custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	2.694 (a)	-	-	211 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	2.745 (b)	-	-	214 (b)
Samm	121 (c)	80 (c)	1.101 (c)	663 (c)
Barcas	-	-	2 (d)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>5.560</u>	<u>80</u>	<u>1.103</u>	<u>1.088</u>

	Transações		Saldos	
	2018		2018	
	Despesas/Custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	2.637 (a)	-	-	206 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	2.819 (b)	-	3 (b)	220 (b)
Samm	-	79 (c)	896 (c)	604 (c)
NovaDutra	-	-	154 (d)	39 (d)
Conces. ViaRio S.A	-	-	33 (d)	-
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>5.456</u>	<u>79</u>	<u>1.086</u>	<u>1.069</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	2019	2018
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.216	1.811
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	788	805
(Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(686)	560
Previdência privada	49	76
Seguro de vida	3	3
	<u>1.370</u>	<u>3.255</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.000, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração dos administradores (e)	901	1.011
(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;		
(b) Contrato de prestação exclusiva de serviços suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;		
(c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;		
(d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e		
(e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.		

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		757	-	(172)	(137)	-	448
Máquinas e equipamentos		3.644	-	(1.277)	3.387	-	5.754
Veículos		3.361	-	(668)	798	-	3.491
Equipamentos operacionais		9.113	-	(3.756)	1.831	-	7.188
Imobilizações em andamento		7.457	3.168	-	(7.314)	(31)	3.280
Total custo		24.332	3.168	(5.873)	(1.435)	(31)	20.161
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(546)	(33)	154	110	-	(315)
Máquinas e equipamentos	15	(3.125)	(440)	1.269	(1.188)	-	(3.484)
Veículos	24	(2.875)	(363)	627	111	-	(2.500)
Equipamentos operacionais	12	(7.245)	(625)	3.520	967	-	(3.383)
Total de depreciação		(13.791)	(1.461)	5.570	-	-	(9.682)
Total geral		10.541	1.707	(303)	(1.435)	(31)	10.479

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		718	-	-	39		757
Máquinas e equipamentos		3.547	-	(8)	105		3.644
Veículos		3.393	-	(49)	17		3.361
Equipamentos operacionais		8.902	-	(4)	215		9.113
Imobilizações em andamento		8.063	3.436	-	(4.042)		7.457
Total custo		24.623	3.436	(61)	(3.666)		24.332
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(489)	(57)	-	-		(546)
Máquinas e equipamentos	13	(2.944)	(189)	8	-		(3.125)
Veículos	25	(2.471)	(453)	49	-		(2.875)
Equipamentos operacionais	14	(6.713)	(535)	3	-		(7.245)
Total de depreciação		(12.617)	(1.234)	60	-		(13.791)
Total geral		12.006	2.202	(1)	(3.666)		10.541

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019, foi de 6,44% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,75% a.a. em 2018.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Refere-se a ativo imobilizado baixado para custo.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e intangível em construção

Movimentação do custo

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		300.431	137	1.118	301.686
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.877	-	184	2.061
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	55	357	412
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	290
Intangível		302.598	192	1.659	304.449
Intangível em construção		2.181	535	(224)	2.492
Total custo		304.779	727	1.435	306.941
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(72.518)	(5.173)	-	(77.691)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.181)	(224)	-	(1.405)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(285)	(2)	-	(287)
Total amortização		(73.984)	(5.399)	-	(79.383)
Total geral		230.795	(4.672)	1.435	227.558

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adoção Inicial CPC 47	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		296.644	(3.252)	-	7.039	300.431
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.645	-	-	232	1.877
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	290
Intangível		298.579	(3.252)	-	7.271	302.598
Intangível em construção		-	3.252	2.534	(3.605)	2.181
Total custo		298.579	-	2.534	3.666	304.779
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(67.560)	-	(4.958)	-	(72.518)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(955)	-	(226)	-	(1.181)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(283)	-	(2)	-	(285)
Total amortização		(68.798)	-	(5.186)	-	(73.984)
Total geral		229.781	-	(2.652)	3.666	230.795

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 217 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 6,44% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,75% a.a. em 2018.

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível; e

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2019	Vencimento final	2019	2018
1. 2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	259	Julho de 2020	188.469	181.214 (c)
2. 4ª Emissão - Série única	113% do CDI	0,6073% (b)	555	145	Julho de 2020	42.029	41.941 (c)
Total geral				<u>404</u>		<u>230.498</u>	<u>223.155</u>
						2019	2018
Circulante							
Debêntures						230.902	7.118
Custos de transação						(404)	(666)
						<u>230.498</u>	<u>6.452</u>
Não Circulante							
Debêntures						-	217.107
Custos de transação						-	(404)
						<u>-</u>	<u>216.703</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Não existem garantias.

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020.

As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a.. O primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora: (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura.

- Em 11 de abril de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 41.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia, com vencimento final em 15 de julho de 2020.

Os juros são de 113% do CDI e estão sendo pagos em parcelas semestrais, nos meses de julho e janeiro de cada ano, a partir de 15 de julho de 2018.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

A concessionária poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso contrate e apresente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente ao saldo devedor das debêntures em circulação, emitida por banco de primeira linha com atuação no Brasil e aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas.

14. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	3.186	4.946
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	<u>5</u>	<u>27</u>
	<u>3.191</u>	<u>4.973</u>

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2018		2019			
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetárias	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	678	598	(236)	(878)	39	201
Trabalhistas e previdenciários	-	116	-	-	3	119
Tributários	1.652	-	-	-	184	1.836
	<u>2.330</u>	<u>714</u>	<u>(236)</u>	<u>(878)</u>	<u>226</u>	<u>2.156</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2019	2018
Cíveis e administrativos	469	1.193
Trabalhistas e previdenciárias	29	119
	<u>498</u>	<u>1.312</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2019 é de R\$ 1.024 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2018).

16. Provisão de manutenção

	2018	2019			
	Saldo Inicial	Constituição / reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	3.985	4.619	972	(3.862)	5.714
Não circulante	6.176	(1.669)	(546)	-	3.961
	<u>10.161</u>	<u>2.950</u>	<u>426</u>	<u>(3.862)</u>	<u>9.675</u>

As taxas anuais de 2018 e 2019, para cálculo do valor presente, foram de 7,54% e 6,60%, respectivamente.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais.

O capital da Companhia está assim distribuído:

	2019				2018			
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
CCR S.A.	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000
CISS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e serviços	0,01%	1	5	-	0,01%	1	5	-
	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 24 de abril de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais proposto relativo ao exercício de 2018 conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2019, no valor de R\$ 8.939, correspondente a R\$ 0,25 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 30 de abril de 2019.

Em 29 de outubro de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 24.753, correspondente a R\$ 0,70 por ação ordinária, sendo sua totalidade dos lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2019 e 30 de setembro de 2019 com pagamento realizado em 29 de outubro de 2019.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.853, a serem aprovados na AGO de 2020.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2019
Lucro líquido do exercício	35.555
(-) Constituição de reserva estatutária e legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>35.555</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>8.889</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	949
Total dos dividendos pagos	<u>24.753</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>25.702</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 949, relativo ao lucro do exercício, pagos em 20 de dezembro de 2019.

18. Receitas operacionais

	2019	2018
Receitas de pedágio	129.035	122.838
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	461	2.347
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	80	79
Receitas acessórias	850	717
Receita bruta	<u>130.426</u>	<u>125.981</u>
Impostos sobre receitas	(11.266)	(10.728)
Abatimentos	(1.865)	(1.736)
Deduções das receitas brutas	<u>(13.131)</u>	<u>(12.464)</u>
Receita operacional líquida	<u>117.295</u>	<u>113.517</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(16.533)	(16.700)
Variação monetária sobre debêntures	(6.891)	(8.162)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(426)	(1.099)
Capitalização de custos dos empréstimos	517	678
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(2)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(208)	(316)
	<u>(23.541)</u>	<u>(25.601)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	478	1.707
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.682	1.647
Juros e outras receitas financeiras	335	327
	<u>2.495</u>	<u>3.681</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(21.046)</u>	<u>(21.920)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.829	-	-	2.876	-	-
Aplicações financeiras	31.510	-	-	18.186	-	-
Contas a receber	-	5.243	-	-	4.778	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.103	-	-	1.086	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(230.498)	-	-	(223.155)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.275)	-	-	(5.072)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.088)	-	-	(1.069)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(65)	-	-	(63)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.068)
	<u>33.339</u>	<u>6.346</u>	<u>(234.926)</u>	<u>21.062</u>	<u>5.864</u>	<u>(230.427)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis dessas obrigações equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas do contrato de concessão.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	230.902	239.106	224.225	235.516

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	31.510	18.186

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5) (6)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros						
Debêntures - 2ª Emissão	IPCA (3)	Julho de 2020	188.728	(11.340)	(12.405)	(13.464)
Debêntures - 4ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2020	42.174	(1.105)	(1.379)	(1.651)
Aplicação financeira (MenkarII) (4)	CDI (2)		31.790	1.376	1.720	2.064
Total do efeitos de ganho ou (perda)				<u>(11.069)</u>	<u>(12.064)</u>	<u>(13.051)</u>
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			4,40%	5,50%	6,60%
	IPC-A (3)			4,31%	5,39%	6,47%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 50.245 (R\$ 49.319 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e JCP a pagar</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(223.155)	32.489	(190.666)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de juros	15.603	-	15.603
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	-	35.709	35.709
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>15.603</u>	<u>35.709</u>	<u>51.312</u>
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(22.946)	-	(22.946)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(34.641)	(34.641)
Total das outras variações	<u>(22.946)</u>	<u>(34.641)</u>	<u>(57.587)</u>
Saldo Final	<u>(230.498)</u>	<u>33.557</u>	<u>(196.941)</u>

23. Evento subsequente

• Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia, “CCR” instalou “comitê de crise”, o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo.

Este comitê verificou nos últimos dias, que o impacto ao tráfego nas concessões de rodovias tem sido ainda limitado, com redução dos veículos leves, possivelmente por conta do tráfego pendular impactado por medidas de home office, mas por outro lado com certo aumento nos veículos pesados, uma vez que não houve nenhuma medida ligada à restrição de mobilidade de carga.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Sami Farah Junior
Guilherme Motta Gomes

Presidente do Conselho
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva
Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Geral
Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/RJ